



Em defesa do dinheiro público

Cumprindo uma promessa feita logo após a sua eleição, o Prefeito Cesar Maia enviou à Câmara dos Vereadores um projeto de lei criando a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ver quadro central). Em tramitação desde o início do ano, o projeto é inovador e institui um sistema de defesa do dinheiro público ao tornar independente o organismo em que atuam auditores e contadores da Prefeitura.

A idéia da criação de um órgão central para controle interno das contas públicas acompanha o atual Prefeito desde a época em que atuava como deputado federal, quando apresentou uma proposta para o estabelecimento de uma estrutura autônoma - subordinada diretamente ao Presidente da República - de fiscalização da administração federal.

Atualmente, existe um relativo consenso sobre a necessidade de fortalecimento do controle interno da administração pública em todos os níveis. Tanto que, recentemente, o ministro da Fazenda enviou à Câmara Federal projeto recriando a Secretaria Central de Controle



Interno (popularmente conhecida como Cisetão), que funcionaria como uma Secretaria Federal de Controle (à qual se subordinariam as áreas de controle setorial do governo federal) e instituindo a Auditoria Geral da República (AGR).

Assim como propõe o projeto de criação da Controladoria do Município, o objetivo do órgão federal seria separar as funções de execução daquelas de fiscalização dos gastos públicos, sem o que não é possível uma atuação isenta de qualquer espécie de influência.

Experiências internacionais

Nos chamados países do Primeiro Mundo, já faz parte da cultura administrativa a valorização das formas de controle interno. Como exemplo pode ser citado o General Accounting Office, órgão de governo norte-americano que cuida exclusivamente da contabilidade pública e auditoria, sem se subordinar ao Departamento de Tesouro, que trata das finanças.

Outro aspecto a ser salientado é a rigidez com que se cumpre o orçamento nes-

ses países. Para se gastar menos é necessário uma autorização prévia. Gastar mais que o orçado é impensável.

Hoje surge a consciência, na América Latina, de que para se combater de fato a corrupção e a fraude no Estado é indispensável a existência de sistemas despolitizados de controle interno. A Colômbia, para citar apenas um país, instituiu em 1991 a figura do Contador Geral da República, que atua visando à transparência da gestão pública.

AS FUNÇÕES DA CONTROLADORIA

- Apoiar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Município;
- Avaliar o cumprimento do Plano Plurianual, dos programas de governo e a execução orçamentária;
- Centralizar as Inspeções Setoriais de Finanças, que passam a ser subordinadas ao Controlador Geral do Município;
- Realizar auditorias a partir de denúncias de irregularidades na administração pública direta, indireta ou fundacional;
- Elaborar normas e métodos de administração financeira e contábil;
- Exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial de toda a administração municipal;
- Zelar pela eficiência e eficácia da aplicação das receitas públicas.

Prestando Contas: ano 20



No mesmo ano de 1993 no qual foi criada a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro (CGM-RJ), a primeira do Brasil, era lançado o informativo *Prestando Contas*, publicação hoje trimestral editada pela Assessoria de Comunicação da CGM-RJ. Desde então o *Prestando Contas* traz matérias sobre os acontecimentos de destaque na área de controle, contabilidade, auditoria e administração pública.

A iniciativa da criação foi do primeiro con-

trolador do Município, o professor Lino Martins da Silva (falecido recentemente), um nome respeitado da área de Contabilidade e Controle públicos no Brasil. Lino, que foi também o primeiro e entusiasmado editor, ajudou a substituir uma antiga cultura polícialasca pelo ideário democrático e participativo da transparência. Rendemos a ele nossas homenagens e sinceros agradecimentos neste momento de comemoração pelos serviços prestados pelo *Prestando Contas* a seus leitores.

Serviços prestados

O informativo é distribuído em órgãos de controle de prefeituras e universidades de todo o país. Até aqui foram entrevistados cerca de uma centena de profissionais, além de destacadas personalidades. Ao completar 20 anos, o *Prestando Contas* pode se orgulhar de um histórico de informações relevantes à sociedade. O boletim tem registrado, nessas duas décadas, as principais realizações da Controladoria e seu desenvolvimento, tornando-se, assim, sua memória. Em todas as edições, ►

Nesta edição

Entrevista

A auditora-chefe da Auditoria Interna da Empresa Olímpica (EOM), Rosângela Santos Silva fala de sua experiência no cargo e do trabalho desenvolvido pela Empresa.

(página 4)

Aconteceu

CGM apresenta à Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA) cartilha para prestação de contas de repasses realizados pela Prefeitura do Rio.

(página 8)

Agenda e Eventos

Confira informações sobre a 56ª Convenção dos Profissionais de Contabilidade do Rio de Janeiro - 56ª Concerj, que acontecerá em setembro, em Búzios.

(página 9)

► o Prestando Contas trata também de temas relativos à área do controle interno, seja no Brasil ou em outros países, buscando criar uma cultura e uma bibliografia sobre o assunto.

Missão

Já na primeira edição, datada de julho de 1993, o Prestando Contas trazia em sua capa informes sobre as experiências internacionais na área de controle, particularmente nos países do chamado Primeiro Mundo, e noticiava as funções a serem exercidas pela recém criada CGM-RJ:

- Apoiar o controle externo exercido pelo TCM;
- Avaliar o cumprimento do Plano Plurianual, dos programas de governo e a execução orçamentária;
- Centralizar as inspetorias setoriais de finanças, que passaram a ser subordinadas à CGM-RJ;
- Realizar auditorias a partir de denúncias de irregularidades na administração pública direta, indireta ou fundacional;
- Elaborar normas e métodos de administração financeira e contábil;
- Exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial de toda a administração municipal;
- Zelar pela eficiência e eficácia da aplicação das receitas públicas.

Em 1995, a edição de número 11 noticiava o lançamento do Sistema de Informações Gerenciais da CGM, que tinha o objetivo de agilizar a administração pública com um “programa de informação inédito no Brasil”. Era uma outra iniciativa pioneira dos gestores municipais, sensíveis à ansiedade da sociedade por informações e transparência em relação ao que é feito de seus impostos.

Ainda em 1995, a 14ª edição do Prestando Contas apresentava a tese de mestrado intitulada “Controladoria Governamental: um enfoque municipal”, defendida pelo professor

Blênio César Severo Peixe na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que foi aprovada por unanimidade, com média 10, ao fazer análise da estrutura e dos resultados da criação da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro.

A elogiada estrutura, em 1996 apresentaria mais um resultado a justificar plenamente sua criação. Em sua edição de março, a décima sétima, o Prestando Contas noticiava o desenvolvimento de seu sistema de apuração de custos (Siacc), que fornecia indicadores de produtividade, de análise do orçamento do ano seguinte, comparação entre os custos das diferentes unidades da administração municipal, evolução histórica dos custos, indicadores de licitação e outros serviços de grande utilidade para os diversos gestores, em variados níveis de competência.

Informática e informação

Ainda em 1996, o Município criava, em parceria da CGM com a FGV, um sistema para maior controle de obras públicas, que incluía a informatização do acompanhamento de licitações. “Esperamos que o esforço realizado tenha contribuído efetivamente para que a velha cultura burocrática do papel ceda lugar ao escritório automatizado, abrindo as portas da administração pública ao século XXI”, dizia o coordenador de Informática Adilson Mello de Figueiredo, na edição de número 21.

No mesmo informativo, a Coordenação de Comunicação Social ratificava sua missão: “Nossa meta principal é sedimentar, por meio de nossas publicações, uma cultura do Controle Interno e desmistificar a visão policialesca que as funções de controle e auditoria possuíam”.

Responsabilidade Fiscal

Em 2000, no primeiro ano de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a CGM passou a divulgar de forma ampla os demonstrativos. No ano seguinte, em setembro, a Prefeitura do (continua na pág. 9) ►

Editorial

Há 20 anos foi editado o primeiro número do Pre\$tando Conta\$, antes mesmo da criação pioneira da Controladoria Geral do Município. Havia então um cenário de efervescência e debates sobre um sistema de controle interno, e uma publicação técnica sobre este tema, editada pela Administração Municipal, foi fundamental para disseminar uma nova filosofia e compartilhar com as instâncias afins e demais órgãos as experiências adquiridas e as possibilidades de aprimoramento vislumbradas.

Desde então, foram muitos os desafios e transformações pelos quais passou a área de controle interno na Prefeitura do Rio de Janeiro e no país, mas sua consolidação irrevogável é a maior prova de que aquela aposta inovadora foi totalmente correta. Hoje voltamos a viver cenário de efervescência, que vai além da área de controle interno. Porém, seu papel ganha destaque e importância ainda maiores, além do reconhecimento que fica evidente pelas iniciativas e cobranças de transparência do gasto público, e pela aprovação da PEC 45/2009 na CCJ do Senado Federal, entre outros eventos.

É com muito orgulho que a CGM lança a edição comemorativa do Pre\$tando Conta\$, que contribuiu de forma importante para o desenvolvimento da Controladoria e para que chegássemos até aqui mais conscientes de nossa missão e confiantes, aptos e dispostos para enfrentar os desafios a que a área de controle interno da Administração Pública terá que enfrentar.

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Controlador Geral

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito:
Eduardo Paes

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral:
Antonio Cesar Lins Cavalcanti

Subcontroladora de Gestão:
Nadia Assunção Fernandes Neves

Subcontroladora de Integração de Controles:
Angela de Arezzo Meireles

Pre\$tando Conta\$

Edição e pauta:
Margarete Ramos e Rogério Lessa Benemond

Diagramação e arte:
Daniel Santos de Barros

Redação e revisão:
Margarete Ramos, Daniel Santos de Barros, e Rogério Lessa Benemond

Impressão:
Gráfica e Editora Rio DG Ltda.

Tiragem: 500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Assessora-chefe:
Margarete Ramos

Editor gráfico:
Daniel Santos de Barros

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409
Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-901
Tel.: (21) 2976-1515/2967
E-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br
Http://www.rio.rj.gov.br/cgm

Evolução em sintonia com o tempo

Em duas décadas de existência o Prestando Contas passou por várias transformações, refletindo aquelas da própria CGM-RJ e as inovações técnicas disponíveis. Do primeiro número com quatro páginas em preto-e-branco e folha simples, chegamos às 10 páginas coloridas atuais.

Confira abaixo todas as metamorfoses gráficas do Prestando Contas nesse período!

PRESTANDO CONTAS
ANO 1 - Nº 1 - JULHO DE 1993 - INFORMATIVO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Em defesa do dinheiro público

Compreendendo o significado da palavra "contas", o leitor encontrará neste número o primeiro número do Prestando Contas, publicação mensal da CGM-RJ, criada em 1993. O objetivo desta publicação é informar o cidadão sobre o funcionamento da administração pública e sobre a atuação da CGM-RJ na defesa do dinheiro público.

Experiências internacionais
A CGM-RJ tem buscado aprender com as experiências internacionais em matéria de controle interno. Este número traz um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de Curitiba.

AS FINEÇAS DA CONTABILIDADE
O leitor encontrará neste número um artigo sobre as fineças da contabilidade, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Prestando Contas nº 1 - jul/1993

PRESTANDO CONTAS
INFORMATIVO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

CGM implanta software de automação de auditorias e aprimora seu controle e gerenciamento

Um novo software desenvolvido pela CGM-RJ para a automação de auditorias e aprimoramento do controle e gerenciamento. Este número traz um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de Curitiba.

Os desafios do sucesso
O leitor encontrará neste número um artigo sobre os desafios do sucesso, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Prestando Contas nº 31 - jan/1999

PRESTANDO CONTAS
INFORMATIVO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Lei de Responsabilidade Fiscal em debate

Tema mobilizou primeira reunião do novo secretariado. O leitor encontrará neste número um artigo sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Técnicos da Controladoria fazem curso de projeções
O leitor encontrará neste número um artigo sobre o curso de projeções realizado pelos técnicos da Controladoria, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Prestando Contas nº 37 - jan/2001

PRESTANDO CONTAS
INFORMATIVO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Secretaria do Tesouro Nacional lança novos manuais da LRF

O leitor encontrará neste número um artigo sobre os novos manuais da Lei de Responsabilidade Fiscal lançados pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Grasas e desgraças do Leão
O leitor encontrará neste número um artigo sobre as grasas e desgraças do Leão, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Prestando Contas nº 43 - jan/2002

PRESTANDO CONTAS
INFORMATIVO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Novo Código Civil revê atribuições dos contadores

O leitor encontrará neste número um artigo sobre o novo Código Civil e suas implicações para os contadores, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Apresentação com resultados
O leitor encontrará neste número um artigo sobre a apresentação com resultados, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Prestando Contas nº 49 - jan/2003

PRESTANDO CONTAS
INFORMATIVO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Central de Liquidação reestrutura rotinas de trabalho da Controladoria

O leitor encontrará neste número um artigo sobre a reestruturação das rotinas de trabalho da Central de Liquidação, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

O poder da mídia
O leitor encontrará neste número um artigo sobre o poder da mídia, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Prestando Contas nº 52 - out/2003

PRESTANDO CONTAS
INFORMATIVO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

A integração de controles e os novos desafios do controle interno na Prefeitura do Rio

O leitor encontrará neste número um artigo sobre a integração de controles e os novos desafios do controle interno na Prefeitura do Rio, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Neste número
O leitor encontrará neste número um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Prestando Contas nº 85 - jan/2010

PRESTANDO CONTAS
INFORMATIVO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

CGM e CGU-RJ realizam evento de integração de controles

O leitor encontrará neste número um artigo sobre o evento de integração de controles realizado pela CGM e CGU-RJ, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Neste número
O leitor encontrará neste número um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Prestando Contas nº 86 - abr/2010

PRESTANDO CONTAS
INFORMATIVO DO SETOR DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

18 anos da Controladoria

O leitor encontrará neste número um artigo comemorativo sobre os 18 anos da Controladoria, bem como um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Neste número
O leitor encontrará neste número um artigo sobre o sistema de controle interno da Prefeitura de São Paulo.

Prestando Contas nº 92 - jul/2011

Entrevista

Rosângela Santos Silva

Auditora-Chefe da Auditoria Interna da Empresa Olímpica-EOM

Como é a experiência de participar da construção de uma empresa nova e com prazo de vida previamente determinado?

Tem sido muito interessante, além de ser uma oportunidade rara dentro do Município. Ver o comprometimento de toda a equipe na realização de suas atividades, a busca das parcerias adequadas para o alcance dos objetivos, lidar com assuntos tão complexos e diferentes ao mesmo tempo e, acima de tudo, testemunhar que todos estão muito orgulhosos de participar deste momento, apesar de realizarem um trabalho muito exaustivo. Ao término do projeto, penso que será também interessante acompanhar o andamento de todas as providências para o encerramento da empresa.

E quanto à sua atuação como Auditora no acompanhamento das obras do Parque Olímpico?

É um grande desafio. O Projeto do Parque Olímpico é o maior de todos os projetos dos Jogos Olímpicos. Para se ter uma idéia, a área do Parque é equiparada ao Bairro do Leme, são cerca de 1.180.000m². Ele está sendo construído de duas formas: Inicialmente foi realizada uma licitação pela Secretaria da Casa Civil para a contratação de uma Parceria Público Privada – PPP, quando foi contratado o Consórcio RIOMAIS. A fiscalização desse contrato está sob a responsabilidade de uma equipe composta por representantes da Casa Civil, Riourbe, Seconserva e Empresa Olímpica, cada qual atuando na sua área específica. Atualmente estão sendo tomadas as providências para a realização de licitações para a construção do Centro Aquático, do Centro de Tênis, do Velódromo, e do Handebol. Estes quatro projetos serão construídos com recursos do Governo Federal.

Qual a sua responsabilidade da Empresa Olímpica?

Está relacionada à articulação com todos os envolvidos e à aprovação de todos os projetos. Para os projetos que serão custeados pelo Governo Federal, a EOM vem trabalhando de forma integrada com o Ministério dos Esportes e a Caixa Econômica Fe-



Rosângela Santos Silva é mestre em Ciências Contábeis pela UERJ, com enfoque na área gerencial, tendo defendido em abril 2002 a dissertação de intitulada ‘Balanced Scorecard: aplicabilidade e contribuição a uma organização pública’. Rosângela foi coordenadora geral de Análise da Despesa no período de 2009 a 2011 e assessora especial do controlador de 2003 a 2008, além de coordenadora das Gerências Setoriais de Contabilidade e Auditoria da CGM Rio no período de 2001 a 2003.

deral, além da RIOURBE e da Secretaria de Obras do Município. A minha responsabilidade é acompanhar o cumprimento dos objetivos da EOM. No caso da PPP, venho atuando da seguinte forma: em julho do ano passado fiz um trabalho para conhecimento dos termos do contrato da PPP. Posteriormente tive conhecimento de que o Tribunal de Contas do Município pretendia realizar um acompanhamento bastante minucioso deste contrato com a realização de visitas mensais às instalações e aproveitei para participar dessas visitas. Quanto aos demais projetos, venho participando de reuniões semanais onde posso acompanhar as providências que vem sendo tomadas.

Algo a destacar em relação aos principais projetos em andamento ?

A cada vez que visito as instalações do Parque Olímpico a paisagem foi transformada. Acho interessante destacar que o dossiê de

Candidatura dos Jogos propôs a realização de uma Olimpíada “verde” e dessa forma existe uma preocupação imensa com a sustentabilidade em todos os projetos. Por exemplo: todo o asfalto que foi retirado do antigo Autódromo de Jacarepaguá está sendo triturado para ser utilizado como componente de construção, além de ferro e outros materiais. A estrutura de parte das arquibancadas foi utilizada pela concessionária para a construção das instalações temporárias do canteiro de obras, já que a obra irá acontecer até 2016. A Secretaria de Obras está realizando estudos para o aproveitamento da estrutura de ferro de um viaduto que existia no local. Ressaltaria também toda a preocupação com o legado das instalações do Parque Olímpico, como a do Handebol, que já está sendo projetada para ser transformada em quatro Escolas Municipais.

Como está sendo acompanhar tantos contratos ao mesmo tempo?

Na verdade, a EOM tem como atribuição coordenar a execução das atividades e projetos municipais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, além de funcionar como ponto de contato e de integração entre a Prefeitura, os governos estadual e federal e os diferentes agentes nacionais e internacionais envolvidos no processo de preparação da cidade para a realização destes eventos esportivos. Por esse motivo, a maioria das contratações é feita por outras entidades municipais, especialmente a RIOURBE.

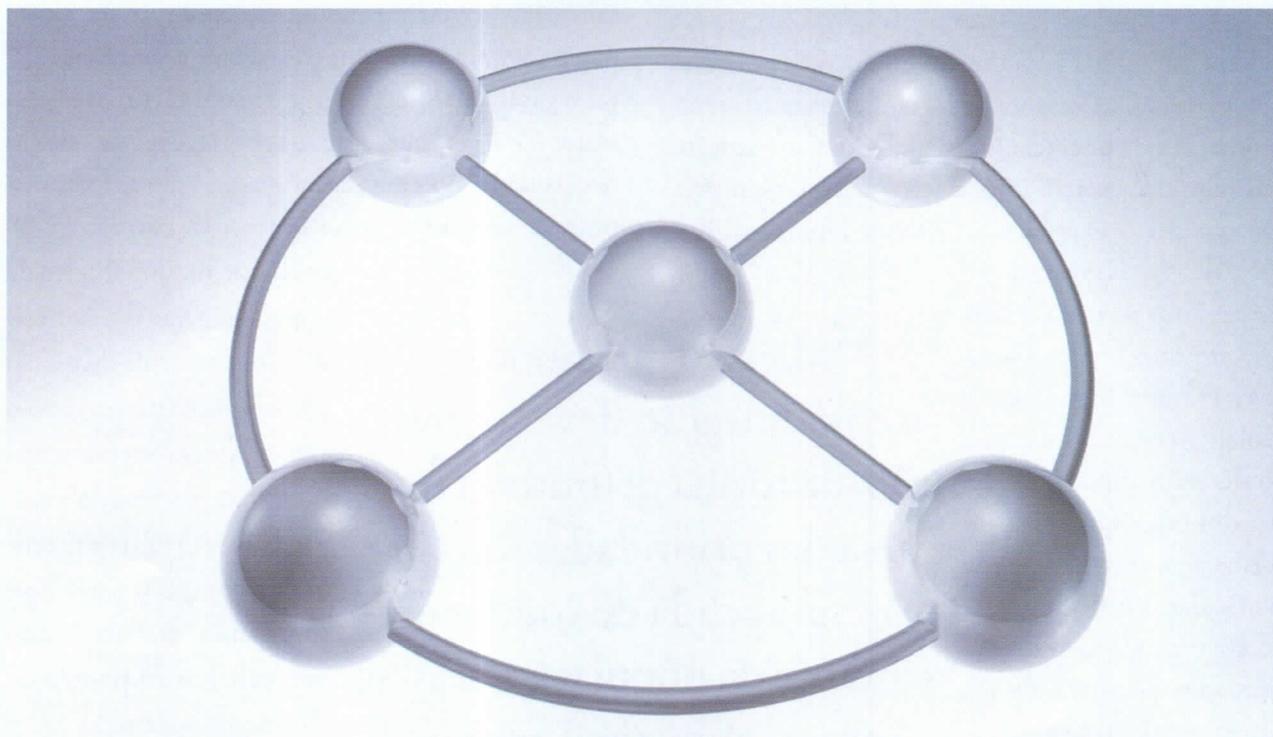
Qual o legado cultural que a realização das Olimpíadas deixará para a cidade e para cultura da transparência?

Além dos projetos em andamento, estão sendo criados diversos espaços culturais na cidade como o MAR - Museu de Arte do Rio, o Parque Madureira, do Parque dos Atletas, e no futuro, o Parque Olímpico, só para citar os principais. A transparência é uma das prioridades da EOM. Para isso foi criado o site www.cidadeolimpica.com.br, onde é possível acompanhar o desenvolvimento das obras, com fotos, legislação, e informações sobre orçamento de projetos em andamento e as principais notícias. 📄

Artigo

A importância da comunicação para o exercício da democracia

por Daniel Garrido *



Dois mil e treze, o ano em que o gigante despertou e ecoou brados retumbantes de protestos por ruas e avenidas de diversas cidades em manifestações que vêm conquistando, aos poucos, os seus objetivos bem como seu lugar na história de nosso país. O fim da corrupção e maior transparência nos gastos públicos são algumas das reivindicações dos milhares de brasileiros que participam desses movimentos. O cidadão contribuinte tem o direito, previsto em lei, de saber como seu dinheiro, conquistado com árduo trabalho, está sendo gerido pelos governantes por ele eleito. Os órgãos públicos deparam-se, neste momento, com o desafio de garantir o direito à informação a uma sociedade cada vez mais politizada e detentora de poder de comunicação sem precedentes, visto as redes sociais.

Ações nas bolsas de valores, inflação, Custo Brasil, câmbio e diversos outros elementos da economia pública apresentam índices em constante variação. Em meio a tudo isso, somente uma coisa tem o seu valor sempre indiscutivelmente lá no alto: a informação. E

o seu acesso nem sempre é fácil. De um lado temos a informação sobre governos, instituições e empresas. Do outro, a sociedade. No meio, a comunicação. E quando falamos em comunicação, devemos compreender um mundo vasto de assessorias de imprensa; jornalistas; mídia interna e externa, paga e espontânea; direita e esquerda; burocracia etc.

Tudo isso afastando as extremidades desse canal de comunicação e elevando ainda mais o valor da informação. Atrair o cidadão para construção de um diálogo constante, direto e transparente é o dever dos profissionais de comunicação dos órgãos públicos de nosso país.

Sempre se falou que brasileiro não gosta e nem se interessa por política. Dizem até que ele, na verdade, não entende muito disso. Tal incompreensão, igualmente real e lamentável, traz de volta a discussão do poder da informação. Como ensinado nos primeiros períodos dos cursos de jornalismo, um dos princípios da comunicação é conhecer o receptor da mensa-▶

► gem. A partir desse entendimento, deve ser desenvolvido o discurso de forma inteligível ao receptor. Afinal, como diz a célebre frase do filósofo francês Michel de Montaigne, “a palavra é metade de quem a pronuncia, metade de quem a escuta”. Cabe aos profissionais de comunicação das entidades levar informação de qualidade ao cidadão para que ele entenda, de verdade, como seus representantes vem administrando o dinheiro público.

A Lei 12.257/2011, conhecida como a *Lei de Acesso à Informação*, representa uma grande conquista para o povo e a democracia brasileira. Com sua sanção, o direito de acesso à informação, já protegido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, fica previsto na Constituição Federal, no inciso XXXIII do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - que dispõe que: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; e o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública são algumas das diretrizes previstas na Lei, que é uma das mais populares entre os brasileiros devido a sua ampla divulgação nos meios de comunicação de massa.

Portanto, mais do que nunca, a comunicação deve ser inserida de forma definitiva como uma das prioridades *sine qua non* na agenda de todo representante da população, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Não basta realizar. Faz-se necessário, também, comunicar os feitos, de forma justa, verdadeira e transparente. Somente dessa forma tem-se o controle

público permanente, como esperado em uma sociedade democrática.

Secretarias de Receita de municípios, estados e da União monitoram e rastreiam em tempo real todas as movimentações financeiras de pessoas físicas e jurídicas por meio de sistemas contábeis de última geração incrivelmente integrados. Os objetivos de tamanhos investimentos em tecnologia de ponta não poderiam ser mais justos: evitar a sonegação fiscal e garantir aos cofres públicos os recursos necessários para a execução de suas obrigações perante as necessidades do povo, como saúde, educação, transporte e segurança, entre outros. O cidadão vê-se,

então, no mesmo direito de conquistar igual conhecimento e controle da gestão pública. Iniciativas como o Observatório Social (www.observatoriosocialdobrasil.org.br) vêm a contribuir para a educação fiscal possibilitando melhor acompanhamento da população da máquina pública.

O poder está onde encontramos a informação. Quando ela fica escondida nas gavetas dos governantes,

não podemos dizer que há democracia, cuja definição mais encontrada nos dicionários é “governo do povo”, no qual cidadãos participam da vida política e têm liberdade de expressão e de escolha de seus representantes. Portanto, para o pleno exercício da democracia, a informação é essencial. Como as pessoas podem participar de algo que não entendem? Como é possível discutir sobre assuntos que não dominam? Como se fazerem ser ouvidas com reivindicações sem embasamento? Para dar ao povo o que é do povo, eis a comunicação. 💡

*Jornalista, assessor de comunicação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ). Graduado em comunicação social com habilitações em jornalismo e publicidade pela FACHA (Faculdades Integradas Hélio Alonso); MBA em Comunicação Empresarial e Marketing pela UVA (Universidade Veiga de Almeida); sete anos de atuação em comunicação institucional.

“Mais do que nunca, a comunicação deve ser inserida de forma definitiva como uma das prioridades *sine qua non* na agenda de todo representante da população, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.”



Corporação 2020: como transformar as empresas para o mundo de amanhã

Em seu primeiro livro, publicado com o selo do Planeta Sustentável, o economista indiano Pavan Sukhdev convida à reflexão, citando ótimos estudos de caso de corporações que deram importantes passos adiante, em direção ao futuro. Reconhece as dificuldades - enormes, mas talvez não intransponíveis - e lança uma luz no debate da sustentabilidade

A predominante agenda dos livros sobre economia ecológica, ainda que disfarçada por discurso sofisticado, é a da defesa da manutenção do status quo e do estado mínimo. Seus autores são contra regulamentações, padrões e políticas públicas, afirmando que o “livre mercado” sabe se regular sozinho (não sabe), e vamos em frente como sempre.

Do outro lado do espectro, autores inspirados pelo marxismo argumentam a favor da presença maior do estado - com diversas e sólidas razões para isso -, mas a utopia que pregam parece impossível de ser conquistada, lentamente ou de sopetão em um mundo visível, dada a força do capitalismo para se transformar e sobreviver.

Dos salões perfumados do Fórum Econômico aos palcos improvisados do Fórum Social Mundial, a economia ecológica vem aparecendo de maneira importante. Os alertas são semelhantes, as formas de agir pregadas são diferentes, não existe muita convergência nos discursos, embora preocupações dos dois lados sejam genuínas. O que fica faltando é um caminho do meio - como o oferecido aqui, com sobriedade, pelo economista indiano Pavan Sukhdev.

Funcionário de carreira do Deutsche Bank - onde foi economista-sênior -, coordenou o projeto de economia dos ecossistemas e da biodiversidade da ONU, principal autor do relatório de economia verde (do Pnuma, do qual é Embaixador da Boa-Vontade) e é fundador e CEO da GIST Advisory, con-

sultoria que ajuda governos e corporações a descobrir, avaliar e gerenciar seus impactos sobre a natureza e o capital humano.

No começo deste ano, ele escreveu um artigo para o jornal Huffington Post: “Economias em todo o mundo ainda estão caminhando na direção errada - para a exaustão dos recursos, a disparidade social e a pobreza persistente...”

Em seu livro - lançado em 13/05 pelo selo Planeta Sustentável -, Sukhdev parte do ponto de vista segundo o qual as corporações têm um papel fundamental a exercer na transformação da economia e dos modos de relação entre produção e consumo - e consequentemente, de como esta transformação poderá não só salvar o planeta de um desastre apocalíptico como encaminhá-lo a um futuro de justiça social e igualdade. Mas ele não acredita que a mudança endógena das práticas corporativas seja suficiente: “A teoria depende muito da inspiração e da iniciativa contínuas de poucos líderes empresariais, em um ambiente desfavorável, ainda dominado por dezenas de milhares de firmas com pouca disposição para a sustentabilidade”. Isto, mais os imensos subsídios aos combustíveis fósseis, à agricultura intensiva e à pesca predatória. Assim, diz ele, a maioria das empresas continua a alimentar a economia marrom, aquele tipo que “não aumenta a igualdade social, não luta contra a pobreza, não reduz riscos ambientais nem a escassez de recursos ecológicos”. Como se vê, deste discurso equilibrado, as pessoas vêm na frente.

Para entender onde as corporações se encaixam no quadro e como elas funcionam (ou não funcionam), Sukhdev elabora uma rica e minuciosa história de como estas instituições surgiram, se consolidaram e se cristalizaram em sua forma atual por volta de 1920.

Seguir em frente com as corporações 1920 significa avaliar o que elas custam à sociedade, as suas chamadas externalidades negativas - danos ao meio ambiente, custos econômicos e as consequências, para as rendas das pessoas, das emissões de gases estufa. Há efeitos não ambientais também, como a perda do sustento de famílias, com a eliminação dos negócios locais, substituídos por cadeias de fornecedores e redes de distribuição corporativas mundiais. E em quase cem anos, de 1920 para cá, estas corporações viram ser levantadas restrições sobre elas, e também se “libertaram de qualquer objetivo social e estabeleceram a primazia dos lucros como razão de existir.”

As mudanças necessárias terão de vir da colaboração de governos, organizações empresariais, mídia e sociedade civil, diz Sukhdev.

A história das leis e a ascensão do capitalismo de livre mercado garantiram que a maioria das corporações buscasse apenas interesses próprios, despendendo bilhões para a potencialização do capital financeiro privado.

Quatro dos maiores problemas das corporações atuais, escreve o autor, são a visão de curto prazo, seu caráter efêmero, a desigual-

dade na distribuição de riqueza e a falta de responsabilização.

O que deve substituir esta Corporação 1920? O que terá de ser a Corporação 2020, adequada às reais necessidades da sociedade? “Ela tem de ser uma fábrica de capital, não apenas uma produtora de artigos e serviços. Ela cria capital financeiro por meio de suas operações, mas sem esgotar (e idealmente aumentar) o capital natural, social e humano”. Isto tudo é muito bonito, afirma Sukhdev. Mas é viável a conciliação destes objetivos com a microeconomia tradicional?

O autor faz esta e muitas outras perguntas, convidando à reflexão, e citando estudos de caso de corporações que deram importantes passos adiante. Reconhece as dificuldades, enormes, mas talvez não intransponíveis. ☺

por José Eduardo Mendonça



Corporação 2020
Como Transformar as
Empresas para o Mundo
de Amanhã
de Pavan Sukhdev
Ed. Planeta Sustentável
392 págs.

Aconteceu

► 7ª Reunião Técnica do Conaci

Aconteceu em 27 e 28 de junho, em Vitória (ES), a 7ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). O evento teve participação das 3 esferas de governo e contou com a adesão do estado capixaba ao Programa Brasil Transparente – que tem como objetivo auxiliar estados e municípios na implementação das medidas de governo transparente previstas na *Lei de Acesso à Informação (LAI)*. Estiveram presentes a presidente do Conaci e secretária de Estado de controle e transparência do Espírito Santo, Angela Silveiras; o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande; o secretário Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU), Valdir Agapito Teixeira; o presidente do Tribunal de Contas do ES, Sebastião Carlos Ranna; e a coordenadora de Contas da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT-ES), Simony Nunes Rátis.

Casagrande afirmou que a adesão do Estado ao Programa Brasil Transparente vai ao encontro às premissas do seu mandato: “Nossa gestão está baseada em quatro pilares: responsabilidade fiscal, responsabilidade ambiental, participação das pessoas nas decisões do governo e transparência. Tenho certeza de que a adesão do Espírito Santo ao programa vai contribuir para que possamos estabelecer procedimentos que aumentem a eficiência à máquina pública e auxiliem a gastar e investir com qualidade”.

No encontro foi proferida a palestra “Avaliação da Execução de Programas de Governo da CGU e Perspectivas de Integração com os Controles Internos Estaduais”, comandada pelo Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU), Valdir Agapito Teixeira.

“A transparência é um instrumento de controle, pois a partir do momento que ela existe os governantes passam a ficar mais zelosos e criteriosos. A CGU acredita que o controle pode dar uma grande contribuição para melhorar a transparência no serviço público. Por isso, aderimos à causa do Conaci para que possamos ter cada vez mais municípios brasileiros aderindo à Lei de Informação”, disse Agapito.

► Um ano da Lei de Acesso à Informação



O ministro Jorge Hage, ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), foi o entrevistado do programa de rádio Bom Dia Ministro do dia 15 de junho. Hage falou sobre um ano da Lei de Acesso à Informação (LAI) e do programa Brasil Transparente, criado pela CGU para auxiliar estados e municípios na implementação da LAI (Lei 12.527).

Desde que entrou em vigor, em 16 de maio de 2012, até o dia 08 de junho, o governo federal recebeu 87.119 solicitações de informação, das quais 83.483 (95,8%) já foram respondidas. Dentre elas, 66.185 (79,2%) foram plenamente atendidas; 8.205 (9,8%) foram negadas; e 5.764 (6,9%) não puderam ser atendidas por tratarem de matéria da competência legal de outro órgão ou pelo fato de a informação não existir. O tempo médio para o acesso à informação solicitada foi de 11,3 dias. Os órgãos mais demandados foram Superintendência de Seguros Privados (8.477), Instituto Nacional de Seguro Social (7.407) e Petrobras (5.322).

► 6ª edição do CONINTER Nacional



fonte da foto: portal do TCM-RJ

O ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, proferiu a palestra de abertura do 6º Coninter Nacional - Congresso Brasileiro de Controle Interno e Externo - realizado nos dias 17, 18 e 19

de abril de 2013, no Hotel Guanabara Palace, no centro do Rio. O encontro contou com a presença de 44 conselheiros e cerca de 25 técnicos. “Esta é, sem dúvida alguma, uma data histórica. Estamos trilhando um caminho sem volta, em busca da qualidade na oferta dos nossos serviços”, disse o conselheiro Antonio Joaquim, presidente da Atricon. O vice-presidente do Instituto Rui Barbosa, conselheiro Júlio Pinheiro, também destacou o momento histórico.

► Capacitação para Escolas de Samba



As agremiações que compõe a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa) estiveram reunidas com a CGM no dia 21 de junho, na sede da Riotur, para receber esclarecimentos de como deverá ser apresentada a prestação de contas de repasses realizados pela RIOTUR, a título de incentivo cultural, após o aperfeiçoamento determinado pelo Ministério Público. A coordenadora de auditoria da CGM, Maria da Penha Coutinho Veiga, destacou os principais pontos que estarão na Resolução/CGM ainda não publicada.

Foi distribuída a Cartilha/CGM elaborada para orientar os interessados e outros relacionados ao tema da reunião. “A partir deste ano a prestação de contas terá que ser realizada por profissional contador devidamente habilitado e, necessariamente, deverá haver comprovação de que os preços praticados estão adequados ao valor de mercado”, informou a coordenadora. Na reunião foi enfatizado, pelos representantes das agremiações, que os setores ligados ao desfile das escolas de samba geram muitos empregos no Rio. A partir do próximo ano, a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Lierj), gestora do grupo especial das escolas, também terá de se adequar às novas regras. Ⓢ

Agenda & Eventos

► Búzios recebe a 56ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Rio de Janeiro



Estão abertas as inscrições para a 56ª Concerj - Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Maior evento da classe contábil fluminense, a convenção será realizada entre os dias 19 e 21 de setembro no Hotel Atlântico, na cidade de Armação dos Búzios. O evento, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, tem expectativa de participação de 800 profissionais da área. As inscrições podem ser feitas no site do CRCRJ: www.crc.org.br.

A edição desse ano da Concerj terá como tema "A Contribuição da Contabilidade para o exercício da cidadania". Na programação, palestras e debates que tratam sobre o assunto e destacam a importância da profissão no panorama social. Entre os palestrantes convidados, está a escritora Martha Medeiros, que falará sobre o tema "A Mulher Imperfeita", no dia 19 de setembro. Além disso, também estão confirmadas palestras do jornalista Cesar Romão, do presidente da Jucerja, Carlos de La Roche, e da desembargadora Letícia de Faria Sardas, presidente do TRE-RJ. ⑤

► (continuação da pág. 3) Rio lançou de forma pioneira o Rio Transparente, aplicativo de consulta na Internet que permite ao cidadão carioca acompanhar, nos últimos quatro exercícios, todos os pagamentos orçamentários realizados pelo Executivo municipal, os recursos arrecadados com detalhamento de sua origem e os desdobramentos subsequentes.

Em janeiro de 2003, os leitores do Prestando Contas começaram a se familiarizar com o novo Código Civil, que passou a reger a vida de milhões de brasileiros desde a sua entrada em vigor, no dia 11 de janeiro de 2003. O texto legal que substituiu o antigo Código Civil - de 1916, escrito por Clóvis Beviláqua com revisão de Rui Barbosa - trouxe mudanças profundas para os direitos do cidadão, com implicações na vida cotidiana das pessoas e das organizações públicas e privadas.

No conjunto das novidades, o informativo da CGM-RJ apresentava as mudanças que afetariam o exercício profissional de Contabilidade. Entre os artigos do Código que norteiam o exercício contábil, um dos mais importantes para a área é o de número 1.177, que trata da responsabilidade civil do contador.

Novas regras

Em janeiro de 2010 o Prestando Contas passa a ser colorido. Naquele ano, foi anunciada a realização do 1º Encontro de Integração da CGU e CGM-RJ (EninteRio), que visava à troca de experiências entre os diversos órgãos de controle interno e externo das esferas, federal, estadual e municipal, com outros órgãos de controle público.

No contexto da globalização, não tardou o momento em que o Brasil resolveu adotar as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards). E a Prefeitura do Rio se preparou, desde 2010, para adotá-las antes do exercício

Depoimentos

"O informativo Prestando Contas foi criado para divulgar as atividades do órgão, mas principalmente para tornar os assuntos ligados a um órgão de controle, cheio de especificidades e extremamente técnico, mais acessível ao público em geral.

Além disso, ele também visava criar a cultura do controle interno para os demais funcionários da prefeitura. Afinal, era uma instituição nova, cujo trabalho tinha influência em todos os órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura do Rio."

Jorge Ramos

Ex-assessor chefe de comunicação da CGM

"Fico feliz de estar à frente da Assessoria de Comunicação da CGM neste momento em que o Prestando Contas está completando 20 anos de publicação. Nesse período de duas décadas, o informativo debateu inúmeros temas relativos à área de controle, de contabilidade, de auditoria e outras questões relevantes para administração pública, em especial a municipal. É gratificante fazer parte dessa história."

Margarete Rose Ramos

Atual assessora-chefe

de 2012, prazo estipulado pelo Governo Federal. O desafio ia além das mudanças no sistema contábil, já que os registros não mais ocorreriam em função do orçamento: passaram a ser focados na variação dos elementos patrimoniais, "resultando na produção de informações reais sobre a situação do patrimônio público", ressaltava o Prestando Contas em sua edição do terceiro trimestre de 2010.

Exatamente um ano após aquela edição, o informativo da CGM-RJ trazia em sua matéria de capa a Lei Complementar 131, batizada como Lei de Transparência. A nova lei acrescentou dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, além de outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Na sequência seguida pelo país rumo à democratização do acesso à informação sobre o que é feito dos impostos recolhidos da sociedade, realizou-se a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (1ª Consocial), que ocorreu nos dias 18 a 20 de maio, em Brasília (DF). O Estado do Rio de Janeiro e seus municípios já vinham organizando encontros preparatórios e o leitor do Prestando Contas pôde contar com a cobertura de todas as etapas.

Coroando todo este processo que agora completa 20 anos, o Prestando Contas na última edição comemorou a aprovação, pelo Congresso Nacional, de 2013 como o Ano da Contabilidade no Brasil. Foi a maior homenagem já prestada pelo Legislativo brasileiro aos profissionais da área, algo que muito orgulha a equipe que produz este informativo da CGM-RJ. ⑤

DEMONSTRATIVOS LRF

Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Maio de 2012 a maio de 2013

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	mai/12	mai/13	Em mai/12	Em mai/13	Até mai/12	Até mai/13	Em mai/12	Em mai/13
RECEITAS CORRENTES	18.354.239.120,00	20.811.928.144,00	1.427.042.219,03	1.720.233.778,01	8.067.972.811,95	8.834.351.455,97	10.286.266.308,05	11.977.576.688,03
Tributárias	7.336.659.421,00	8.401.251.105,00	546.266.886,29	608.651.247,36	3.471.531.400,93	3.793.048.689,14	3.865.128.020,07	4.608.202.415,86
Contribuições	2.399.803.591,00	2.623.425.911,00	178.794.919,28	200.647.226,32	897.193.725,19	993.572.378,29	1.502.609.865,81	1.629.853.532,71
Patrimoniais	968.691.009,00	994.636.616,00	62.844.653,83	82.497.462,81	612.024.233,88	269.786.578,39	356.666.775,12	724.850.037,61
Industrial	9.566.630,00	12.540.967,00	541.896,52	450.142,26	2.378.884,38	2.222.129,31	7.187.745,62	10.318.837,69
Serviços	351.468.647,00	336.795.419,00	23.125.259,51	84.626.500,86	160.156.708,69	186.921.828,85	191.311.938,31	149.873.590,15
Transferências Correntes	5.856.486.838,00	6.700.897.858,00	508.307.010,18	531.079.414,06	2.491.337.301,42	2.895.632.800,70	3.365.149.536,58	3.805.265.057,30
Outras Receitas Correntes	1.431.562.984,00	1.742.380.268,00	107.161.593,42	212.281.784,34	433.350.557,46	693.167.051,29	998.212.426,54	1.049.213.216,71
RECEITAS DE CAPITAL	2.149.037.862,00	2.700.668.382,00	37.287.011,93	41.756.434,73	192.949.892,16	435.455.751,19	1.956.087.969,84	2.265.212.630,81
Operações de Crédito	955.672.174,00	1.459.393.782,00	6.890.931,82	25.817.282,65	92.686.738,75	272.704.733,33	862.985.435,25	1.186.689.048,67
Alienações de Bens	441.451.434,00	250.204.664,00	64.191,70	8.365.910,00	1.529.807,77	8.599.577,72	439.921.626,23	241.605.086,28
Amort. de Empréstimos	112.266.100,00	126.156.842,00	12.069.191,76	(2.162.180,12)	50.812.896,60	38.139.726,94	61.453.203,40	88.017.115,06
Transferências de Capital	333.644.039,00	596.075.511,00	18.262.696,65	9.735.422,20	47.920.449,04	116.011.713,20	285.723.589,96	480.063.797,80
Outras Receitas de Capital	306.004.115,00	268.837.583,00	-	-	-	-	306.004.115,00	268.837.583,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	20.503.276.982,00	23.512.596.526,00	1.464.329.230,96	1.761.990.212,74	8.260.922.704,11	9.269.807.207,16	12.242.354.277,89	14.242.789.318,84
DESPESAS CORRENTES	(17.049.659.977,24)	(18.840.825.116,23)	(1.315.556.474,67)	(1.441.990.763,91)	(5.943.921.079,20)	(6.441.453.159,73)	(11.105.738.898,04)	(12.399.371.956,50)
Pessoal e Encargos	(9.628.084.544,40)	(10.437.050.308,62)	(702.787.726,88)	(789.570.800,57)	(3.563.010.111,54)	(3.698.404.795,39)	(6.065.074.432,86)	(6.738.645.513,23)
Juros e Encargos da Dívida	(497.822.103,00)	(589.595.025,00)	(38.722.504,44)	(40.181.697,70)	(199.652.428,82)	(220.754.997,19)	(298.169.674,18)	(368.840.027,81)
Outras Despesas de Correntes	(6.923.753.329,84)	(7.814.179.782,61)	(574.046.243,35)	(612.238.265,64)	(2.181.258.538,84)	(2.522.293.367,15)	(4.742.494.791,00)	(5.291.886.415,46)
DESPESAS DE CAPITAL	(4.499.315.970,40)	(4.304.908.229,37)	(340.864.883,71)	(251.576.129,02)	(968.516.193,01)	(566.321.505,34)	(3.530.799.777,39)	(3.738.586.724,03)
Investimentos	(4.074.005.606,05)	(3.881.861.700,60)	(298.797.149,84)	(226.929.858,21)	(786.732.739,32)	(447.186.916,98)	(3.287.272.866,73)	(3.434.674.783,62)
Inversões Financeiras	(164.667.239,35)	(116.440.192,77)	(21.189.620,47)	(1.651.381,43)	(76.021.593,71)	(1.867.381,43)	(88.645.645,64)	(114.572.811,34)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(260.643.125,00)	(306.606.336,00)	(20.878.113,40)	(22.994.889,38)	(105.761.859,98)	(117.267.206,93)	(154.881.265,02)	(189.339.129,07)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	(32.274.708,92)	(674.084.613,50)	-	-	-	-	(32.274.708,92)	(674.084.613,50)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (II)	(21.581.250.656,56)	(23.819.817.959,10)	(1.656.421.358,38)	(1.693.566.892,93)	(6.912.437.272,21)	(7.007.774.665,07)	(14.668.813.384,35)	(16.812.043.294,03)
SUPERÁVIT/DÉFICIT (III) = (I - II)	(1.077.973.674,56)	(307.221.433,10)	(192.092.127,42)	68.423.319,81	1.348.485.431,90	2.262.032.542,09	(2.426.459.106,46)	(2.569.253.975,19)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *	-	-	-	-	595.127.907,56	88.271.075,40	-	-

FONTE: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.

Quem faz o que na Secretaria

São três cariocas e uma capixaba. Mas alguma coisa eles têm em comum, além de ocuparem cargos de confiança na Secretaria Extraordinária de Assuntos Especiais: todos ingres-

saram no serviço público por meio de concurso. Atuando em postos-chave na estrutura da futura Controladoria — identificada como um órgão de defesa do cidadão — são responsáveis pela

coordenação geral das atividades de auditoria e contabilidade na Prefeitura.

A seguir estão as atribuições básicas e um breve perfil profissional de cada um.

ELISABETH RIGUETE MORAIS

Assessora do Secretário Lino Martins, exerce, informalmente, a Chefia de Gabinete. Tem como principal função atender aos órgãos da administração direta e indireta, esclarecendo dúvidas e dando informa-



ções relacionadas ao sistema de controle da gestão municipal. Também realiza a triagem de todo expediente recebido pela Secretaria e faz a ligação com as Inspetorias Setoriais.

Capixaba de Alegre, Elisabeth trabalha desde os 15

anos, quando começou como balconista numa extinta loja de meias da rua Sete de Setembro. Em 1968 ingressou no serviço público, no antigo Estado da Guanabara, passando a Técnica em Contabi-

lidade em 1972, através de concurso. Posteriormente, parou de cursar Serviço Social na UFF para formar-se em Ciências Contábeis na SUESC, e tornou-se Contadora do Estado. Após a fusão, continuou como funcionária estadual, onde chegou a Contadora Geral em 1989.

VERA LOPES DA SILVA FERREIRA OLIVEIRA

Dentro da estrutura implantada para o Controle Interno, Vera Lopes é a responsável pela área de Normas Técnicas. Entre as suas atribuições está o aperfeiçoamento e unificação de um Plano de



Contas informatizado de toda a administração municipal. Também está encarregada de elaborar normas de contabilidade e de procedimento, do levantamento de rotinas administrativas — com o propósito de padronizá-las —, além de prestar consultoria

sobre legislação contábil e financeira.

Bacharel em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas pela UFRJ, Vera ingressou na Prefeitura em julho de 1992 por meio de concurso público. Sua experiência profissional anterior inclui seis anos na multinacional Coopers & Lybrand, onde trabalhou na auditoria externa do grupo Varig. Entre outras experiências, ajudou a elaborar um manual de auditoria interna para a Prefeitura de Goiânia.

SIDNEI FONSECA

Atual Inspetor Geral de Finanças, responde pelos atos e fatos contábeis da Prefeitura (inclusive a elaboração da prestação de contas da gestão do Município), além de acompanhar e avaliar os resultados dos registros contábeis.

Formado em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas pela Faculdade Moraes Júnior, é servidor público municipal desde 1975, quando ingressou como agente administrativo. Desde 1986 atua



como Contador na Prefeitura, onde já passou por vários cargos, entre eles os de Inspetor Setorial de Finanças da Secretaria de Educação e Assessor do Inspetor Geral de Finanças. Nessa condição, parti-

cipou ativamente da implantação e desenvolvimento do Sistema de Finanças e Contabilidade da Prefeitura. Atualmente, preside a Associação dos Contabilistas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

MÁRCIA ANDRÉA PERES SUZANO

Auditora Geral do Município, responde pelo exame de prestação de contas na administração direta e indireta e dos responsáveis por almoxarifados, numerários e executores de contratos. Responde, ainda, pela



emissão dos certificados de auditoria, que funcionam como suportes para os exames do Tribunal de Contas do Município. Suas atividades incluem também a realização das auditorias de verificação (contábeis) e as de acompanhamento (operacio-

nais), destinadas a avaliar a eficácia do sistema de controle interno, com o objetivo de salvaguardar os bens patrimoniais do município.

Formada em Ciências Contábeis pela Universidade Santa Úrsula, Márcia já trabalhou em auditorias internas na Bolsa de Valores do Rio, na Sidney Ross e na British Petroleum Mineração. Após ter sido auditora chefe da CET-Rio, em 1992 ingressou, via concurso público, como auditora na Prefeitura carioca.